

Sumário

1. Introdução	1
2. A Defensoria Pública da União e a Defesa dos Direitos Humanos por Meio do Controle De Convencionalidade	7
2.1 Defensoria pública no Brasil.....	8
2.2 Defensoria pública da união.....	17
2.3 Controle de convencionalidade.....	23
2.3.1 Controle de convencionalidade no sistema global.....	26
2.3.2 Controle de convencionalidade nos sistemas regionais europeu e africano.....	30
2.3.3 Controle de convencionalidade no sistema regional americano	36
2.3.3.1 Controle concentrado de convencionalidade.....	39
2.3.3.2 Controle difuso de convencionalidade	45
2.3.3.2.1 Status das normas internacionais sobre direitos humanos	50
2.3.3.2.2 Solução de conflito entre normas do Direito Doméstico e do Direito Internacional	53
2.3.3.2.3 Distinção entre o controle de constitucionalidade e de convencionalidade	54
2.3.3.3 Bloco de convencionalidade	56
3. Descrição dos casos de atuação da Defensoria Pública da União em sede de Controle de Convencionalidade	61
3.1 Na corte interamericana de direitos humanos.....	65
3.1.1 Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil	65
3.1.2 Caso Povo Indígena Xucuru e seus membros vs. Brasil.....	74
3.1.3 Opinião Consultiva OC-24/17	83

3.2 No supremo tribunal federal e tribunais superiores	96
3.2.1 Casos no Supremo Tribunal Federal.....	97
3.2.1.1 Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.240/SP.....	97
3.2.1.2 Habeas Corpus nº 148.811/AL.....	101
3.2.2 Casos no Superior Tribunal Militar.....	103
3.2.2.1 Acórdão nº 0000199-68.2015.7.01.0101	103
3.2.2.2 Acórdão nº 0000063-41.2015.7.02.0102	106
3.2.2.3 Acórdão nº 0000154-55.2015.7.01.0201	107
3.2.2.4 Acórdão nº 000096-31.2015.7.02.0102.....	109
3.2.3 Casos no Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Superior do Trabalho.....	111
3.3 Nos tribunais regionais federais.....	111
3.3.1 Tribunal Regional Federal da 2ª Região	112
3.3.2 Tribunal Regional Federal da 4ª Região	114
3.3.3 Tribunais Regionais Federais da 1ª, 3ª e 5ª Região	116
4. Diagnóstico da Atuação da Defensoria Pública da União na Defesa dos Direitos Humanos por Meio do Controle de Convencionalidade	117
4.1 Na corte interamericana de direitos humanos.....	118
4.1.1 Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil.....	122
4.1.2 Caso Povo Indígena Xucuru e seus membros vs. Brasil.....	126
4.1.3 Opinião Consultiva OC-24/17	130
4.1.4 Conclusões parciais	138
4.2 No supremo tribunal federal	140
4.2.1 Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.240/SP.....	140
4.2.2 Habeas Corpus nº 148.811/AL	144
4.2.3 Conclusões parciais	147
4.3 No superior tribunal militar	148
4.3.1 Acórdãos nº 199-68.2015.7.01.0101, 063-41.2015.7.02.0102 e 096-31.2015.7.02.0102.....	149

4.3.2 Acórdão nº 154-55.2015.7.01.0201	150
4.3.3 Conclusões parciais.....	151
4.4 Nos tribunais regionais federais	152
4.4.1 Apelação Criminal nº 2006.51.01.517682-4 (TRF2)	153
4.4.2 Habeas Corpus nº 5045960-46.2017.4.04.0000 (TRF4)	155
4.4.3 Conclusões parciais.....	156
5. Considerações Finais	157
6. Referências	163
Sites eletrônicos visitados.....	183

Anexos

Anexo A – Pesquisa Junto ao Site da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).....	189
Anexo B – Pesquisa Junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).....	193
Anexo C – Pesquisa Junto ao Superior Tribunal Militar.....	197
Anexo D – Pesquisa Junto ao Superior Tribunal de Justiça	201
Anexo E – Pesquisa Junto ao Tribunal Superior do Trabalho	203
Anexo F – Pesquisa Junto ao Tribunal Superior Eleitoral.....	205
Anexo G – Pesquisa Junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região.....	207
Anexo H – Pesquisa Junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região	209
Anexo I – Pesquisa Realizada Junto aos Tribunais Regionais Federais da 1ª, 3ª e 5ª Região	211